

Medeiros quer anular reajuste

São Paulo — O presidente da Força Sindical, Luiz Antonio Medeiros, vai pedir segunda-feira à Justiça Federal que anule o aumento de 64% que os deputados e senadores deram a seus próprios vencimentos, em agosto. Medeiros apresentará uma ação popular, com base no inciso 73 do artigo 50 da Constituição, que dá a qualquer brasileiro o direito de tentar na Justiça anular um ato "lesivo à moralidade administrativa".

O aumento que os deputados se deram é legal, mas é imoral", fulmina o presidente da Força. Medeiros vai fundamentar sua ação popular em dois argumentos principais: 1º.) o índice de 64% que os deputados se autoaplicaram é superior aos 20% dados ao funcionalismo público federal e, portanto, viola o princípio da isonomia. 2º) os deputados estabeleceram que o aumento é retroativo a 1º de maio.

A Constituição garante aos deputados o direito de fixar seus vencimentos. Medeiros pretende é desencadear uma campanha pela "transparência dos atos do Legislativo".

"Queremos que os deputados venham a público para explicar por que se deram esse aumento", afirmou.

Como instrumento de pressão sobre o Legislativo, o jurista Ives Gandra Martins apóia a iniciativa do sindicalista. Segundo Martins, o aumento dos deputados é "inopor-tuno". Ele lembrou que os trabalhadores estão sem uma política salarial definida e o salário mínimo, de Cr\$ 17 mil, está num dos patamares mais baixos da história.

Em outra iniciativa na Justiça, a Força Sindical não foi feliz. A Justiça Federal rejeitou o pedido de liminar em mandado de segurança para a correção mensal da tabela do Imposto de Renda. Também na próxima semana, a central sindical apelará dessa sentença ao Tribunal Regional Federal.